

Itaú Seguros de Auto e Residência S.A.

CNPJ/MF nº 08.816.067/0001-00

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre B - 2º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas e demais interessados,

Submetemos à vossa apreciação o Relatório de Administração da Itaú Seguros de Auto e Residência S.A. e as correspondentes demonstrações financeiras juntamente com o Relatório do Auditor Independente, referente ao exercício de 31 de dezembro de 2025.

NOSSO DESEMPENHO

Dando continuidade à estratégia de reorganização societária do Grupo Porto, que visa a segregação de seus negócios em verticais especializadas, informamos que a Companhia, no decorrer de 2025, concentrou tanto à emissão de novas apólices de seguros residenciais, bem como a renovação de apólices existentes da marca Itaú na sua controladora direta, a Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais.

Esta movimentação fundamenta-se nos seguintes pilares:

- Sinergia Operacional e Tecnológica: Unificação de processos para ganho de escala e eficiência administrativa.
- Preservação de Valor: Manutenção da força de mercado e do posicionamento da marca Itaú perante o consumidor final, uma vez que a marca Itaú permanecerá nas apólices.
- Transparéncia nos Resultados: Em virtude dessa migração, os demonstrativos financeiros da Companhia apresentarão uma redução substancial em suas rubricas.

É importante ressaltar que os números reportados, refletem agora, primordialmente, o esgotamento dos riscos vigentes e a decorrer das apólices emitidas em data anterior à mudança, bem como a liquidação de seus respectivos sinistros e despesas remanescentes.

Em outubro de 2025, foi solicitado junto à SUSEP a autorização para incorporação da Companhia na sua controladora direta, Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais, e no dia 05 de janeiro de 2026 a autorização foi concedida, e deverá ocorrer nos próximos 90 dias. Esta etapa consolida o compromisso da Administração com a otimização da estrutura de capital e a busca por maior agilidade na prestação de serviços.

• Prêmios emitidos

Os prêmios emitidos da Companhia totalizaram no exercício R\$ 6,0 milhões, com redução de R\$ 61,0 milhões, 91% em relação ao exercício anterior.

• Sinistralidade

O índice de sinistralidade da Companhia no exercício foi de 80,5%, um aumento de 45,4 p.p. em relação ao exercício anterior.

• Despesas administrativas

No exercício, o índice de despesas administrativas sobre os prêmios ganhos foi de 21,1%, com redução de 8,1 p.p. em relação ao exercício anterior.

• Resultado financeiro

O resultado financeiro totalizou no exercício R\$ 26,8 milhões, com redução de R\$ 1,2 milhões, 4% em relação ao exercício anterior.

• Índice combinado

O índice combinado (total de gastos com sinistros retidos, despesas de comercialização, despesas administrativas, despesas com tributos e outras receitas e despesas operacionais, sobre prêmios ganhos) no exercício foi de 152,7%, com aumento de 46,9 p.p. em relação ao exercício anterior. O índice combinado ampliado, que inclui o resultado financeiro no exercício foi de 73,1%, com redução de 13,5 p.p. em relação ao exercício anterior.

• Resultado de exercício e por ação

O resultado totalizou no exercício R\$ 8,1 milhões, com redução de 33% em relação ao exercício anterior. O resultado por ação foi de R\$ 0,14 no exercício e R\$ 0,20 no exercício anterior.

• Declaração de capacidade financeira

Em atendimento à Circular SUSEP nº 648 de 12 de novembro de 2021 e alterações posteriores, a Companhia declara deter, na categoria "Custo amortizado", títulos e valores e, considerando ter capacidade financeira para tal, manifesta a intenção de observar os prazos de resgates originais de cada título.

• Política de reinvestimento de lucros e pagamento de dividendos

Do lucro líquido serão deduzidos, se for o caso, antes de qualquer destinação e independente de deliberação, os prejuízos acumulados. Na sequência serão realizadas as deduções legais e distribuições previstas no Estatuto Social.

O Estatuto prevê, o pagamento aos acionistas da Companhia, do mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, a título de dividendos. O saldo remanescente será destinado à reserva de lucros, aguardando destinação proposta pela Diretoria e deliberada pelos acionistas em Assembleia Geral.

A Diretoria está autorizada pelo Estatuto Social, a declarar e pagar dividendos intermediários à conta de Lucros Acumulados ou de Reservas existentes. Além disso, está autorizada a qualquer tempo pagar juros sobre capital próprio, observadas as limitações legais aplicáveis. Os dividendos intermediários e os juros sobre capital próprio pagos pela Companhia podem ser imputados como antecipação do dividendo mínimo obrigatório.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

Ambiental, social e governança (ASG) nos negócios

Nova Estratégia de Sustentabilidade: Regenera

Lançamos a Regenera, a nova estratégia de sustentabilidade do Grupo Porto, marcando o início de um novo capítulo em nossa trajetória. A estratégia está estruturada em quatro pilares e contempla metas públicas e de longo prazo, com horizonte até 2030.

1. Valorização do Capital Humano e Impacto Social

Metas:

- Investir R\$ 40 milhões em projetos sociais, culturais e de fomento ao esporte;
- Alcançar 50% de mulheres em cargos de liderança;
- Alcançar 30% de pessoas negras em cargos de liderança.

2. Estratégia Climática e Circularidade

Metas:

- Reduzir em 40% as emissões absolutas de Gases de Efeito Estufa (GEE) dos Escopos 1 e 2, tendo 2023 como anexo-base.
- Abastecer 100% da operação direta* com energia renovável (*por meio de autogeração e aquisição de certificados de energia renovável).
- Dobrar a reciclagem de veículos até 2030, com 2023 como referência.

3. Produtos e Soluções Sustentáveis

Meta:

- Comercializar R\$ 13 bilhões em produtos com impacto socioambiental positivo.

4. Engajamento da Cadeia de Valor

Metas:

- Obter o Selo Pró-Ética em três empresas do Grupo.
- Monitorar 100% dos fornecedores e parceiros de negócios com base em critérios ASG.

A construção dessa estratégia foi pautada pela escuta ativa de "stakeholders", por uma análise de materialidade e pelo alinhamento das metas sustentáveis com as diretrizes e planejamento estratégico para o ciclo 2025-2030.

Guia para "Cuidar do presente para regenerar o futuro", Regenera nasce com o

compromisso de reequilibrar, restaurar e transformar - indo além da preservação. A implementação será conduzida em todas as operações do Grupo Porto, no Brasil e no Uruguai, com um plano contínuo de mobilização de colaboradores, parceiros e corretores. O objetivo é consolidar uma cultura organizacional orientada à responsabilidade e à regeneração, reconhecendo a urgência dos desafios atuais e atuando com consciência e compromisso em prol do futuro de impacto positivo e inclusivo.

AMBIENTE ECONÔMICO

A economia global apresentou desempenho positivo no quarto trimestre de 2025, superando os desafios impostos pela majoração das tarifas de importação norte-americanas e o ambiente geopolítico desafiador.

Nos EUA, a atividade econômica manteve-se resiliente, com dados correntes indicando crescimento anualizado de 2,7% ("Atlanta FED GDPNow"), concomitante a um gradual arrefecimento do mercado de trabalho.

Ainda que a inflação permaneça acima da meta em diversas métricas subjacentes, o risco de enfraquecimento adicional do mercado de trabalho foi argumento suficiente para levar o "FED" (Federal Reserve) a reduzir os juros em 75 pontos base desde setembro de 2025. A perspectiva de continuidade do crescimento norte-americano baseia-se em condições financeiras mais expansivas, estímulos fiscais e na redução da incerteza comercial. Além disso, a postura do "FED" (Federal Reserve) e dos candidatos para sucessão de Jerome Powell sugere maior tolerância inflacionária. Somado à percepção da maior ingerência do governo sobre a economia e o Banco Central, isto contribuiu para manutenção da tendência de depreciação do dólar global. No Brasil, observa-se a continuidade da desaceleração da atividade econômica, reflexo da política monetária restritiva, embora partindo de patamares elevados. O mercado de trabalho segue resiliente, impulsionando o crescimento real da massa de renda.

Para o início de 2026, projetamos sustentação do consumo, favorecida pelo aumento da renda disponível decorrente da reforma do Imposto de Renda e do reajuste real do salário mínimo. A estimativa de crescimento do PIB para o ano de 2026 é de 1,5%. A desinflação de 2025 foi ancorada no recuo dos preços de alimentos e na forte apreciação cambial (-12%). A inflação de serviços, mais sensível ao ciclo econômico, segue elevada e sustenta nossa projeção de IPCA para 3,8% em 2026.

A dinâmica fiscal permanece como o principal fator de risco à estabilidade macroeconómica doméstica. Apesar do crescimento da arrecadação, o déficit primário persiste e pressiona a dívida bruta. Somado às incertezas do ciclo eleitoral de 2026, as expectativas de inflação seguem desancoradas da meta de 3%.

Consequentemente, o espaço para flexibilização monetária é limitado: esperamos o início do ciclo de cortes da Selic apenas em março, encerrando o ano em 12%. Os principais riscos monitorados à frente são: (i) aceleração da inflação norte-americana impulsionada pela atividade aquecida; (ii) escalada de conflitos geopolíticos com impacto relevante sobre crescimento econômico global; (iii) Deterioração adicional da dinâmica e expectativa fiscal brasileira.

AGRADECIMENTOS

Registrarmos, mais uma vez, nossos agradecimentos aos corretores e clientes pelo apoio e pela confiança demonstrados e aos funcionários e colaboradores pela contínua dedicação. Aproveitamos também para agradecer às autoridades ligadas às nossas atividades.

São Paulo, 04 de fevereiro de 2026

A Administração

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de reais, exceto para informações sobre resultado por ação)

	Nota explicativa	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Ativo Circulante		111.886	121.102
Disponível		4.549	2.611
Caixa e bancos	7	4.549	2.611
Equivalentes de caixa	7	9.314	23.928
Aplicações financeiras	8	69.242	43.888
Créditos das operações com seguros e resseguros		988	18.063
Prêmios a receber	9.1	988	18.063
Outros créditos operacionais		3	465
Títulos e créditos a receber		26.757	25.637
Créditos tributários e previdenciários	10	26.604	25.445
Outros créditos		153	192
Despesas antecipadas		893	834
Custos de aquisição diferidos		140	5.676
Seguros	11	140	5.676
Não circulante		97.280	133.157
Realizável a longo prazo		97.280	133.157
Aplicações financeiras	8	71.947	106.495
Títulos e créditos a receber		25.333	26.662
Créditos tributários e previdenciários	10	9.084	9.686
Depósitos judiciais e fiscais	12	13.226	12.775
Outros créditos		3.023	4.201
Total do ativo		209.166	254.259

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de reais, exceto para informações sobre resultado por ação)

	Nota explicativa	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Prêmios emitidos		19	5.979
Variações das provisões técnicas de prêmios..	20	18.659	59.475
Prêmios ganhos		19	24.638
Sinistros ocorridos		21	(19.845)
Custos de aquisição	22	(7.373)	(39.960)
Outras receitas e despesas operacionais...	23	(2.741)	(5.168)
Resultado com resseguro		(126)	47
Despesa com resseguro...		(126)	47
Despesas administrativas		24	(5.196)
Despesas com tributos		(2.459)	(7.175)
Resultado financeiro		25	26.833
Resultado operacional		13.731	20.762
Resultado antes dos impostos e participações ..		13.731	20.762
Imposto de renda ..	10.2	(3.135)	(4.889)
Contribuição social ..	10.2	(2.016)	(2.980)
Participações sobre o resultado ..		(508)	(891)
Resultado do exercício ..		8.072	12.002
Quantidade de ações ..		57.854	60.160
Resultado por ação - básico e diluído ..	27	0.1395	0.1995

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de reais)

</th

Itaú Seguros de Auto e Residência S.A.

CNPJ/MF nº 08.816.067/0001-00

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre B - 2º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Itaú Seguros de Auto e Residência S.A.	Participação	2.5 NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES ADOTADAS	3.3.2 TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA A VENDA
Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais	100,0 %	LEI 15040/2024 - LEI DO CONTRATO DE SEGUROS	A cada data de balanço é avaliado se há evidência objetiva de que um ativo classificado como disponível para a venda está individualmente deteriorado. Caso tal evidência exista, a perda acumulada é removida do patrimônio líquido e reconhecida imediatamente no resultado.
Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais	Participação	Conhecida como Marco Legal dos Seguros, a Lei dispõe sobre normas de seguros privados, foi sancionada em 9 de dezembro de 2024 com vigência a partir de dezembro de 2025. Esta legislação institui o marco regulatório autônomo para o contrato de seguro no Brasil, visando aumentar a transparência, a segurança jurídica e a proteção aos interesses de segurados e beneficiários.	
Porto Seguro S.A.	99,9 %	Os principais pilares da nova legislação incluem:	
Porto Seguro Serviços e Comércio S.A.	0,1 %	Regimes de Prazos Rígidos: Estabelecimento do prazo de 30 dias para que as seguradoras se manifestem sobre a cobertura após a entrega da documentação, sob pena de aceitação tácita ou sanções.	
Porto Seguro Serviços e Comércio S.A.	Participação	Transparência e Dever de Informação: Reforço do dever de clareza nas cláusulas restritivas de direitos, que devem ser redigidas de forma destacada, e a necessidade de fundamentação técnica e definitiva para negativas de cobertura.	
Porto Seguro S.A.	99,9 %	Gestão de Sinistros: Limitação da interrupção do prazo de regulação para solicitação de documentos complementares, visando dar maior agilidade ao fluxo de caixa de indenizações.	
Porto Seguro S.A.	0,1 %	Governança e Conformidade: Adequação dos processos internos de subscrição e regulação para mitigar riscos de responsabilidade civil e administrativa perante a SUSEP.	
Porto Seguro Pagamentos Ltda.	Participação	Não foram identificados impactos ou mudanças quantitativas relevantes que afetassem diretamente os números apresentados nas demonstrações financeiras.	
Porto Seguro Pagamentos Ltda.	99,9 %		
Porto Seguro Serviços e Comércio S.A.	0,1 %		
Porto Seguro S.A.	Participação		
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.	100,0 %		
Ações em circulação	Participação		
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.	70,8 %		
Pares Empreendimentos e Participações S.A.	29,2 %		
Itauseg Participações S.A.	Participação		
Itaú Unibanco S.A.	41,1 %		
Rosag Empreendimentos e Participações S.A.	23,1 %		
Jayme Brasil Garfinkel	19,1 %		
Itaú Seguros S.A.	15,8 %		
Pares Empreendimentos e Participações S.A.	0,2 %		
Rosag Empreendimentos e Participações S.A.	0,8 %		
Jayme Brasil Garfinkel	Participação		
Itaú Unibanco S.A.	32,9 %		
Itaú Unibanco S.A.	30,5 %		
Bruno Campos Garfinkel	18,3 %		
Ana Luiza Campos Garfinkel	18,3 %		
Rosag Empreendimentos e Participações S.A.	Participação		
Jayme Brasil Garfinkel	100,0 %		
Itauseg Participações S.A.	62,4 %		
Itaú Unibanco S.A.	26,4 %		
Banco Itaú BBA S.A.	11,2 %		
Itaú Unibanco S.A.	100,0 %		
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0 %		
Banco Itaucard S.A.	Participação		
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0 %		
Banco Itaucard S.A.	Participação		
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0 %		
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	Participação		
Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.	51,7 %		
Outros	39,3 %		
(*) Participações nas ações ordinárias.	9,0 %		

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com a Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores, com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às supervisadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, as disposições da Lei das Sociedades Anônimas e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, quando referendados pela SUSEP. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. Desta forma, estas demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa. Essas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão, pela Diretoria, em 04 de fevereiro de 2026.

2.2 CONTINUIDADE

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro e não tem conhecimento de alguma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Conforme carta homologatória eletrônica nº 32/2025/DIÓRE/SUSEP, de 05 de janeiro de 2026, foi concedido à Companhia sua incorporação total em sua controladora direta Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais, e deverá ocorrer nos próximos 90 dias.

O objetivo da incorporação será de gerar sinergias operacionais e tecnológicas, preservando, contudo, a marca Itaú. Dessa forma, a Administração concluiu que isso não afetará a continuidade dos negócios, uma vez que os saldos apresentados nessa demonstração financeira será migrado em sua totalidade para a Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais.

2.3 MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em milhares de reais (R\$), que é sua moeda funcional e mais observada do principal ambiente econômico em que a Companhia opera.

2.4 NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO ADOTADAS

Novas normas ou alterações de normas e interpretações para exercícios futuros serão aplicáveis quando aprovadas pela SUSEP e, portanto, a Administração concluirá sua avaliação até a data de entrada em vigor.

CPC 50 - CONTRATOS DE SEGUROS (IFRS 17)

Estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro dentro do escopo da norma. O objetivo do CPC 50 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representam fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários de demonstrações financeiras avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia. Esta norma entrou em vigor para períodos anuais em 1º de janeiro de 2023, porém ainda não foi referendada pela SUSEP.

CPC 51 (IFRS 18) - APRESENTAÇÃO E DIVULGAÇÃO EM DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Substitui a IAS 1 - Apresentação de Demonstrações Financeiras. A IFRS 18 introduz novos subtotais e três categorias para receitas e despesas (operacionais, de investimento e de financiamento) na estrutura da demonstração de resultados. Também requer que as empresas divulguem explicações sobre as medidas de desempenho definidas pela administração relacionadas à demonstração de resultados. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2027. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e, se aplicável, serão apresentados na demonstração financeira relativa ao período de 2027.

LEI COMPLEMENTAR N° 214/2025

Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214, resultante da conversão do PLP nº 68/2024. Esta lei é parte da regulamentação da Emenda Constitucional nº 132, que estabelece a Reforma Tributária sobre o Consumo. Ela institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), marcando um passo importante na Reforma Tributária do consumo.

Para atendimento o Grupo Porto instituiu o Grupo de Trabalho Multidisciplinar, com relatório direto à Diretoria Executiva, para gerir a transição tributária entre 2026 e 2033. O foco central é assegurar a conformidade regulatória e a eficiência fiscal da operação. A fase inicial de mapeamento de processos em todas as verticais de atuação já foi finalizada.

A definição da estratégia futura depende da clarificação de três pilares:

- Alíquotas: Definição das taxas de referência pelo Senado e entes federativos;
- Regulação Setorial: Instruções específicas do órgão regulador a qual essa entidade se reporta; e
- Operacionalização: Normas da Receita Federal.

A Administração manterá o monitoramento contínuo das publicações do Comitê Gestor do IBS e da Secretaria da Receita Federal para atualizar projeções e ajustar o planejamento estratégico conforme as lacunas regulatórias forem preenchidas.

2.5 NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES ADOTADAS

LEI 15040/2024 - LEI DO CONTRATO DE SEGUROS

Conhecida como Marco Legal dos Seguros, a Lei dispõe sobre normas de seguros privados, foi sancionada em 9 de dezembro de 2024 com vigência a partir de dezembro de 2025. Esta legislação institui o marco regulatório autônomo para o contrato de seguro no Brasil, visando aumentar a transparência, a segurança jurídica e a proteção aos interesses de segurados e beneficiários.

Os principais pilares da nova legislação incluem:

Regimes de Prazos Rígidos: Estabelecimento do prazo de 30 dias para que as seguradoras se manifestem sobre a cobertura após a entrega da documentação, sob pena de aceitação tácita ou sanções.

Transparência e Dever de Informação: Reforço do dever de clareza nas cláusulas restritivas de direitos, que devem ser redigidas de forma destacada, e a necessidade de fundamentação técnica e definitiva para negativas de cobertura.

Gestão de Sinistros: Limitação da interrupção do prazo de regulação para solicitação de documentos complementares, visando dar maior agilidade ao fluxo de caixa de indenizações.

Governança e Conformidade: Adequação dos processos internos de subscrição e regulação para mitigar riscos de responsabilidade civil e administrativa perante a SUSEP.

Não foram identificados impactos ou mudanças quantitativas relevantes que afetassem diretamente os números apresentados nas demonstrações financeiras.

2.6 SEGREGAÇÃO ENTRE CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

A Companhia revisa os valores registrados no ativo e passivo circulante, quando da elaboração das demonstrações financeiras, com o objetivo de classificar para o não circulante aqueles cuja expectativa de realização ultrapassar o prazo de doze meses subsequentes à respectiva data-base.

Os títulos e valores mobiliários classificados como "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independente dos prazos de vencimento, exceto pelo montante de aplicações bloqueadas judicialmente, que são classificados no ativo não circulante.

Ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos são classificados como não circulantes. Para os itens patrimoniais sem vencimento definido, foram considerados os valores administrativos e sem classificação, no ativo ou passivo circulantes, e os valores judiciais no ativo ou passivo não circulantes.

As provisões atuariais, bem como a provisão de prêmios não ganhos e os custos de aquisição diferidos, são segregadas entre circulante e não circulante, nos termos do artigo 113 da Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores, com base na expectativa de desenvolvimento e consumo de cada uma das provisões, baseada na vigência dos prêmios e nos fluxos de caixa estimados no Teste de Adequação de Passivos - TAP.

Os salvados são segregados entre circulante e não circulante com base no comportamento de realização/ativação de salvados após o pagamento de sinistro.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis materiais utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os exercícios comparativos apresentados. Não houve alterações relevantes nas políticas contábeis no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

3.1 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

3.2 ATIVOS FINANCEIROS

(a) MENSURAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

A Administração da Companhia determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos/constituídos, os quais são classificados nas seguintes categorias:

(i) MENSURADOS A VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO

São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no exercício em que ocorrem.

(ii) MENSURADOS A VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

São classificados nesta categoria os ativos financeiros que são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamento de principal e juros, quanto para a venda. Os juros destes títulos, calculados com o uso da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado em "Resultado financeiro". A variação no valor justo (ganhos ou perdas não realizadas) é lançada contra o patrimônio líquido, na conta "Outros resultados abrangentes/Ajustes de avaliação patrimonial", sendo realizada contra o resultado por ocasião da sua efetiva liquidação ou por perda considerada permanente ("impairment").

(iii) MENSURADOS AO CUSTO AMORTIZADO

Utilizado quando os ativos financeiros são administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamento de principal e juros. Incluem-se nesta categoria os recebíveis (títulos e valores mobiliários, prêmios a receber de segurados, operações de crédito, títulos e créditos a receber e recebíveis de prestação de serviços) que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Esses recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros (quando aplicável), e são avaliados por "impairment" a cada data de balanço.

(b) DETERMINAÇÃO DE VALOR JUSTO DE ATIVOS FINANCEIROS

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base em preços de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, fazendo o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e o mínimo possível de informações geradas pela Administração. O valor justo dos ativos classificados como "Instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado" e "Instrumentos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes" baseia-se na seguinte hierarquia:

- Nível 1: preços cotados e não ajustados, em merc

Itaú Seguros de Auto e Residência S.A.

CNPJ/MF nº 08.816.067/0001-00

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre B - 2º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP



→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O resultado do TAP não apresentou insuficiência para grupos analisados e, portanto, não foram reconhecidas despesas ou provisões adicionais nesta data-base.

Dezembro de 2025

Grupo de Contratos	Patrimonial	PCC Final
Prêmios e Contribuições de PPNG - Registrados	81	—

Dezembro de 2024

Grupo de Contratos	Patrimonial	PCC Final
Prêmios e Contribuições de PPNG - Registrados	3.708	—

3.8 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Benefícios de curto prazo: são reconhecidos pelo valor esperado a ser pago e reconhecidos como despesas à medida que o serviço respectivo é prestado. Os benefícios de curto prazo, tais como planos de saúde, planos de saúde odontológicos, cartão farmácia, vale-transporte, vale-refeição, vale-alimentação, auxílio creche e/ou babá, bolsa de estudos, seguro de vida e estacionamento na matriz, são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do exercício à medida em que são incorridos.

Obrigações com aposentadorias: a Companhia patrocina os planos administrados pela entidade PortoPrev - Porto Seguro Previdência Complementar, sendo o Plano PORTOPREV da modalidade CV (Contribuição Variável) fechado para novas adesões, e o Plano PORTOPREV II na modalidade CD (Contribuição Definida), aberto para novas adesões.

Benefícios pós-emprego: também são oferecidos benefícios pós-emprego de planos de saúde, calculados com base em uma política que atribui uma pontuação para seus funcionários, conforme o período de prestação de serviços.

O passivo para as obrigações com aposentadorias e benefícios pós-emprego são calculados por meio de metodologia atuarial específica que leva em consideração taxas de rotatividade de funcionários, taxas de juros para a determinação do custo de serviço corrente e custo de juros. Outros benefícios demissionais, como multa ou provisões ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), também foram calculados e provisionados segundo essa metodologia para os funcionários já aposentados, para os quais esse direito já tenha sido estabelecido.

3.9 PROVISÕES JUDICIAIS, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

As provisões referem-se a parcela deduzida da Corporação e destinada a um fundo que visa assegurar o pagamento de eventuais obrigações decorrentes de ações judiciais de natureza cível, fiscal e trabalhista. Os riscos de demandas são avaliados de forma individualizada pelos analistas da Companhia e as provisões são mensuradas por meio de estimativa considerando a análise de comportamento do histórico de demandas anteriores já finalizadas.

A metodologia de contabilização das provisões segue os princípios estabelecidos no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Todos os valores são atualizados mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão e são revistas periodicamente.

Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal" aplicada a tributos fiscais e previdenciários, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente e atualizados monetariamente pela taxa SELIC. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. No entanto, se for praticamente certo o ganho desse ativo, ele deixa de ser um ativo contingente e é reconhecido contabilmente. Se for provável que esse ativo contingente gere benefícios econômicos futuros, este é divulgado em nota explicativa.

3.10 RECONHECIMENTO DE RECEITAS

3.10.1 PRÊMIO DE SEGURO E RESSEGURO

As receitas de prêmio dos contratos de seguro são reconhecidas quando da emissão da apólice ou quando da vigência do risco, o que ocorrer primeiro, proporcionalmente e ao longo do período de cobertura do risco das respectivas apólices, por meio da constituição/reversão da PPNG (vide nota explicativa nº 3.7.1 (a)).

As despesas de resseguro cedido são reconhecidas de acordo com o reconhecimento do respectivo prêmio de seguro (resseguro proporcional) e/ou de acordo com o contrato de resseguro (resseguro não proporcional).

3.10.2 RECEITA DE JUROS

As receitas de juros de instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado do exercício, segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de juros. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são apropriados no resultado no mesmo prazo de recebimento.

3.11 DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio (JCP) para os acionistas é reconhecida como um passivo, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório (25%) somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido no resultado do exercício. A taxa utilizada em seu cálculo é a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) durante o período aplicável, conforme a legislação vigente.

3.12 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores de imposto de renda e contribuição social incluem as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido; nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de encerramento do exercício. No Brasil, o imposto de renda é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R\$ 240 mil por ano. A provisão para contribuição social é calculada à alíquota vigente de 15%.

Os impostos e tributos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos desses ativos e passivos. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos e conforme suas expectativas de realizações.

3.13 PARTICIPAÇÕES NOS LUCROS

A Companhia possui programa próprio para o cálculo da participação nos lucros. Os valores são reconhecidos no resultado com base nos critérios estabelecidos na política interna e são revisados anualmente.

4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, entre outros, a determinação:

- (i) do valor justo de ativos e passivos financeiros;
- (ii) da realização dos tributos diferidos;
- (iii) das provisões e contingências para processos administrativos e judiciais;
- (iv) perdas esperadas associadas ao risco de crédito; e
- (v) das provisões técnicas.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. Não houve mudanças relevantes de critério na determinação das estimativas em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

4.1 AVALIAÇÃO DE PASSIVOS DE SEGUROS

O componente em que a Administração mais exerce o julgamento e utiliza estimativas é na constituição dos passivos de seguros. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que serão liquidados em última instância. São utilizadas todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da Administração e dos atuários para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido.

Consequentemente, os valores provisionados podem diferir significativamente dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações. As provisões que são mais impactadas por uso de julgamento e incertezas são aquelas relacionadas aos ramos de contratos de seguro de grandes riscos e contratos de seguro com cobertura de vida, porém estes mesmos ramos representam menos de 10% dos prêmios emitidos pela Companhia.

(ii) O fluxo de ativos considera o caixa e equivalentes de caixa, aplicações e prêmios a receber.

(iii) O fluxo de passivos considera os passivos de contratos de seguros e os débitos de operações com seguros e resseguros.

5.3 RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas devidas a oscilações nos preços e taxas de mercado das posições mantidas em carteira. Visto o perfil dos negócios da Companhia, sua maior exposição está relacionada ao risco de taxa de juros. Existem políticas que estabelecem limites, processos e ferramentas para efetiva gestão do risco de mercado. Seguem abaixo as exposições de investimento segregadas por fator de risco de mercado:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Inflação (IPCA/IGPM).....	46,7 %	27,1 %
Pós-fixados (SELIC/CDI).....	20,8 %	22,4 %
Prefixados.....	20,0 %	46,5 %
Ações.....	6,8 %	0,5 %
Outros.....	5,7 %	3,5 %

Entre os métodos utilizados na gestão, utiliza-se o teste de estresse da carteira de investimentos, considerando cenários históricos e de condições hipotéticas de mercado, sendo seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão de investimentos, identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia assim como mitigação de riscos e entendimento do impacto sobre os resultados e o patrimônio líquido.

Adicionalmente ao teste de estresse, são realizados acompanhamentos complementares, como análises de sensibilidade e "duration", utilizados para isso cenários realísticos e plausíveis ao perfil e característica do portfólio.

Segue o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, em 31 de dezembro de 2025:

Fator de Risco	Cenário (i)	Impacto (ii)
Juros pré-fixados.....	+ 50 b.p.	(13.107)
	+ 25 b.p.	(6.739)
	+ 10 b.p.	(2.740)
	- 10 b.p.	2.740
	- 25 b.p.	6.739
	- 50 b.p.	13.107
	+ 50 b.p.	(7.349)
	+ 25 b.p.	(3.839)
	+ 10 b.p.	(1.577)
Índices de preços.....	- 10 b.p.	1.577
	- 25 b.p.	3.839
	- 50 b.p.	7.349
	+ 50 b.p.	(141)
	+ 25 b.p.	(118)
	+ 10 b.p.	(94)
Juros pós-fixados.....	- 10 b.p.	94
	- 25 b.p.	118
	- 50 b.p.	141
	± 34%	4.706
Ações.....	± 17%	2.353
	± 9%	1.177

(i) B.P. = "basis points". O cenário base utilizado é o cenário provável de "stress" para cada fator de risco, disponibilizados pela B3.

(ii) Bruto de efeitos tributários.

5.4 RISCO DE SEGURO/SUBSCRIÇÃO

O risco de subscrição é definido como a possibilidade de ocorrência de eventos que contrariem as expectativas e que possam comprometer significativamente o resultado das operações e o patrimônio líquido, incluindo falhas na especificação ou estimativa de provisionamento.

A Companhia atualmente emite seguros de danos. O risco de subscrição é segmentado nas seguintes categorias de risco:

(a) **Risco de prêmio:** gerado a partir de uma possível insuficiência dos prêmios cobrados para fazer frente aos despendos financeiros com o pagamento das obrigações assumidas com os segurados. A Companhia desenvolve constantemente técnicas de análise e especificação do risco, utilizando-se de modelos estatísticos distintos para renovações e novos seguros, permitindo avaliar antecipadamente os resultados gerados em diversos cenários, que combinam níveis de preços, conversão de cotações e resultados, senão as decisões tomadas considerando o cenário que gera as melhores margens de produto.

(b) **Risco de provisão:** gerado a partir de uma possível insuficiência dos saldos das provisões constituídas para fazer frente aos despendos financeiros com o pagamento das obrigações perante os segurados. Para avaliação de aderência das premissas e metodologias utilizadas para dimensionamento das provisões técnicas, são realizados constantemente testes de aderência em diferentes datas-bases, que verificam a suficiência histórica das provisões constituidas, incluindo o TAP (vide nota explicativa nº 3.7.2).

(c) **Risco de retenção:** gerado a partir da exposição a riscos individuais com valor em risco elevado, concentração de riscos ou ocorrência de eventos catastróficos. Essas exposições são monitoradas por meio de processos e modelos adequados, sendo contratadas proteções de resseguro de acordo com os limites de retenção por riscos aprovados pela SUSEP, assim como limites internos, refletidos em política corporativa de cessão de riscos.

(d) **Risco de práticas de sinistros:** gerado a partir de regras e procedimentos inadequados para a regulação e liquidação de sinistros.

Cada área de produto estabelece, monitora e documenta as regras e práticas de aceitação de riscos e práticas de sinistros em consonância com as diretrizes gerais da Companhia, que incluem, por exemplo, parecer prévio da Superintendência Atuarial para comercialização de cada produto e procedimentos para a aceitação de riscos.

As premissas utilizadas para as análises de sensibilidade para o risco de seguro, bem como o teste de adequação dos passivos incluem:

- Utilização, como premissas de sinistralidade, das expectativas de prêmio de risco, baseadas em histórico de observações de frequência e severidade para cada agrupamento de ramos.
- Utilização de expectativas de cessão de prêmios e recuperação de sinistros, baseadas em histórico de observações para cada ramo e/ou agrupamento de ramos. Para as projeções, respeitaram-se as cláusulas contratuais vigentes na data-base do estudo dos contratos celebrados com os resseguradores.
- Utilização como indexador, para os passivos, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que é predominante nos contratos padronizados.
- Taxa de juros esperada para os ativos, equivale à taxa SELIC/CDI, que é condizente com a rentabilidade obtida pela área de investimentos no período vigente.
- Premissas atuariais específicas em cada produto em consequência do impacto destas na especificação do risco segurável.

Os resultados obtidos nos processos de gestão e monitoramento do risco de subscrição são formalizados e reportados mensalmente à Administração, permitindo que eventuais desvios em relação às projeções sejam corrigidos no menor espaço de tempo possível.

As

Itaú Seguros de Auto e Residência S.A.

CNPJ/MF nº 08.816.067/0001-00

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre B - 2º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5.5 RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. O risco legal também está contido no risco operacional e está associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Companhia, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas.

Na identificação dos eventos de riscos, são consideradas avaliações de eventos materializados e não materializados mas que possam vir a ocorrer, como avaliação de indicadores-chaves de riscos geridos pelas áreas operacionais e de negócio, avaliações de fluxo do processo "Risk and Control Self Assessment" - RCSA, além da Base de Dados de Perdas Operacionais - BDPO, que apresenta informações abrangentes e detalhadas para a identificação da real dimensão de seu impacto sobre a Companhia, bem como para melhorar a confiabilidade nos mecanismos de gestão, controle e supervisão de solvência desse mercado.

A atividade de monitoramento e gerenciamento de risco operacional é executada de forma corporativa e centralizada, utilizando para isso processo formal para identificar os riscos e as oportunidades, estimar o impacto potencial desses eventos e fornecer métodos para tratar esses impactos. Uma das métricas de monitoramento são os "Key Risk Indicators" - KRI que tratam-se de indicadores-chaves de risco operacional, os quais auxiliam na avaliação de ineficiências, indicando necessidade de ações de controle de eventos críticos por meio dos limites estabelecidos em comum acordo com as áreas de negócios e/ou o Comitê de Risco Integrado.

5.6 RISCOS SOCIAIS, AMBIENTAIS E CLIMÁTICOS

Em conformidade com os requisitos regulatórios estabelecidos pela SUSEP (Circular SUSEP nº 666/2022), e em alinhamento aos princípios, diretrizes e responsabilidades do Grupo Porto a Companhia, adota práticas integradas de gestão de riscos em toda a holding. Por meio de sua governança nas participações, são implementados mecanismos de avaliação, monitoramento e mitigação dos riscos socioambientais e climáticos, de forma conectada à gestão dos demais riscos.

Os riscos sociais, ambientais e climáticos representam a possibilidade de impactos negativos para o Grupo Porto e seus stakeholders, decorrentes de fatores como violações de direitos e garantias fundamentais, degradação ambiental - incluindo o uso excessivo de recursos naturais - e eventos climáticos severos ou alterações ambientais de longo prazo, associados às mudanças no clima e à transição para uma economia de baixo carbono.

Para lidar com esses riscos, a Companhia implementou uma estratégia corporativa que contempla a identificação, mitigação e adaptação a tais impactos, alinhada ao princípio da dupla materialidade - reconhecendo que esses riscos afetam tanto o desempenho financeiro quanto a sociedade e o meio ambiente. A Porto se compromete a atuar de forma colaborativa com seus stakeholders, visando a proteção do bem-estar humano, do meio ambiente e do interesse público.

A Estrutura de Gestão de Riscos (EGR) considera a exposição de cada produto ou negócio, com o desenvolvimento de indicadores específicos para o monitoramento contínuo e captura de perdas associadas a esses riscos. Trata-se de um processo evolutivo, conduzido por meio de autoavaliações de risco, planos de ação e acompanhamento de indicadores-chave (KRIs).

6. GESTÃO DE CAPITAL

A estratégia na gestão de capital consiste em alocar o capital de maneira eficiente, gerando valor ao negócio e acionista, por meio da otimização do nível e fontes de capital disponíveis, garantindo a sustentabilidade do negócio no curto e longo prazo, incluindo em situações adversas, de acordo com os requerimentos regulatórios e de solvência.

O processo de avaliação e gerenciamento de capital é realizado com uma visão de negócio em um horizonte de 1 ano para as empresas seguradoras fundamentado em premissas de crescimento de negócios, fontes de capital, o ambiente regulatório e de negócios, metas de crescimento, distribuição de dividendos, entre outros indicadores-chave ao negócio. Adicionalmente, são realizadas projeções com base em cenários históricos ou situações que possam afetar significativamente o resultado do Grupo Porto, por meio de aplicação de testes de estresse e avaliação de seus impactos nos índices de capital.

Neste sentido, o Grupo Porto possui uma estrutura dedicada que atua de maneira ativa e prospectiva na gestão deste risco. O gerenciamento de capital é suportado por política específica de abrangência corporativa, a qual define princípios e diretrizes, metodologia, limites internos de suficiência, relatórios e periodicidade mínima de monitoramento, planos de contingência de capital e papéis e responsabilidade.

O gerenciamento de capital é realizado pela Vice-Presidência Financeira, Controladoria e Investimentos, sendo monitorada de forma independente, quanto ao cumprimento dos requerimentos regulatórios e da política interna pela área de Gestão de Riscos Corporativos.

A suficiência de capital é avaliada conforme os critérios emitidos pelo CNSP e SUSEP. Neste sentido são avaliados os requerimentos de capital necessário para suportar os riscos inerentes, incluindo as parcelas de risco de crédito, mercado, operacional e subscrição. As parcelas de necessidades de capital, bem como a suficiência existente estão demonstradas abaixo:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Patrimônio líquido	58.601	72.328
(+/-) Ajustes contábeis	(7.728)	(6.804)
Despesas antecipadas	(893)	(834)
Créditos tributários que excederem 15% do CMR	(6.835)	(5.970)
(+/-) Ajustes associados à variação dos valores econômicos	(610)	(2.398)
Valor de mercado - ativos mantidos até o vencimento	(610)	(2.398)
(+/-) Ajustes do PLA de nível 1	(2.250)	(3.716)
Créditos tributários de diferenças temporárias, limitado a 15% do CMR (+)	(2.250)	(3.716)
PLA de nível 1	48.013	59.410
Superávit entre provisões e fluxo realista de prêmios/cont. registradas	-	2.225
PLA de nível 2	-	2.225
Créditos tributários de diferenças temporárias, limitado a 15% do CMR (+)	2.250	3.716
PLA de nível 3	2.250	3.716
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	50.263	65.351
Capital base (I)	15.000	15.000
Capital de risco (II)	14.940	24.775
Capital de risco de subscrição	3.804	16.826
Capital de risco de mercado	7.741	6.030
Capital de risco de crédito	7.770	7.422
Capital de risco operacional	479	847
Benefício da correlação entre riscos	(4.854)	(6.350)
Capital mínimo requerido (maior entre I e II)	15.000	24.775
Suficiência de capital	35.263	40.576

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Equivalentes de caixa (*)	9.314	23.928
Depósitos bancários	4.549	2.611
	13.863	26.539

(*) Composto por operações compromissadas com vencimento em 1 dia, lastreadas principalmente, em Letras Financeiras do Tesouro (LFTs), Letras do Tesouro Nacional (LTNs) e Notas do Tesouro Nacional (NTNs).

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

8.1 APLICAÇÕES FINANCEIRAS MENSURADAS AO VALOR JUSTO:

8.1.1 POR MEIO DO RESULTADO (VJR)

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024			
	Nível 1	Total	Nível 1	Nível 2	Total
LFTs	27.858	27.858	30.035	-	30.035
Ações de companhias abertas	10.281	10.281	962	-	962
Cotas de fundos de investimentos	9.186	9.186	5.968	-	5.968
Debêntures	-	-	-	1.033	1.033
LTNs	-	-	5.840	-	5.840
Fundos exclusivos	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	50	50
Total - circulante	47.325	47.325	42.805	1.083	43.888

% das aplicações classificadas

nesta categoria:.....

..... 34%

% das aplicações classificadas

nesta categoria:.....

..... 29%

8.2 APLICAÇÕES FINANCEIRAS MENSURADAS AO CUSTO AMORTIZADO

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
	Nível 1	Nível 1
Fundos exclusivos	-	-
NTNs - B	70.210	47.249
LTNs	23.654	59.246
Total (*)	93.864	106.495

% das aplicações classificadas

nesta categoria:.....

..... 66%

% das aplicações classificadas

nesta categoria:.....

..... 71%

8.3 APLICAÇÕES FINANCEIRAS - MOVIMENTAÇÃO

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
	Nível 1	Nível 1
Saldo inicial.....	174.311	277.216
Aplicações.....	35.050	134.980
Rendimentos.....	19.832	14.145
Resgates.....	(78.690)	(252.030)
Saldo final.....	150.503	174.311

A movimentação das aplicações financeiras inclui as aplicações financeiras mensuradas a valor justo por meio do resultado, as aplicações financeiras mensuradas a custo amortizado e os ativos classificados como equivalentes de caixa.

8.4 TAXAS DE JUROS CONTRATADAS

As principais taxas de juros médias contratadas das aplicações financeiras estão apresentadas a seguir:

	Taxas de juros % (a.a.)	
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Equivalentes de caixa (*).....	14,88	12,13
Fundos exclusivos.....	-	-
LTN.....	13,86	14,41
NTNs - B - IPCA.....	7,16	5,71
LFTs (SELIC + ágio/deságio).....	0,05	0,08

(*) Vide nota explicativa nº 7.

9. CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS

9.1 PRÊMIOS A RECEBER

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
	Redução	Redução

</tbl

Itaú Seguros de Auto e Residência S.A.

CNPJ/MF nº 08.816.067/0001-00

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre B - 2º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP



→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16.1 PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS - MOVIMENTAÇÃO

	Passivos de contratos de seguros	Ativos de contratos de resseguros	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	252.834	3	
Constituições decorrentes de prêmios	67.004	50	
Diferimento pelo risco decorrido	(126.479)	(53)	
Aviso de sinistros	32.869	—	
Pagamento de sinistros	(77.385)	—	
Atualização monetária e juros	(1.286)	—	
Saldo em 31 de dezembro de 2024	147.557		
Constituições decorrentes de prêmios	5.979	—	
Diferimento pelo risco decorrido	(24.638)	—	
Aviso de sinistros	16.471	—	
Pagamento de sinistros	(21.428)	—	
Atualização monetária e juros	(7.151)	—	
Saldo em 31 de dezembro de 2025	116.790		

16.2 GARANTIA DAS PROVISÕES TÉCNICAS

Os valores dos ativos oferecidos em cobertura das provisões técnicas são os seguintes:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Total das provisões técnicas (A)	116.790	147.557
Depósitos judiciais de PSL	2.602	2.610
Direitos creditórios (i)	345	15.722
Custos de aquisição diferidos pagos	—	933
Total de ativos redutores da necessidade de cobertura (B)	2.947	19.265
Necessidade de cobertura das provisões técnicas (C = A - B)	113.843	128.292
Cotas de fundos de investimento	125.424	148.087
Garantias das provisões técnicas (D)	125.424	148.087
Excedente (D - C)	11.581	19.795

(i) Montante correspondente às parcelas a vencer dos prêmios a receber de apólices de riscos a decorrer.

16.3 COMPORTAMENTO DE PROVISÕES DE SINISTROS (i)

As tabelas a seguir apresentam o comportamento dos sinistros da Companhia (em R\$ milhões), denominadas tábua de desenvolvimento de sinistros, e demonstram os movimentos a partir dos avisos até os pagamentos:

	Dezembro									
	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Administrativo - avisados										
Montante de sinistros avisados até a data-base	1.387	732	339	189	75	77	83	71	17	3
Dois anos mais tarde	1.452	749	358	194	81	83	89	78	18	—
Três anos mais tarde	1.455	750	360	195	81	83	90	79	—	—
Quatro anos mais tarde	1.456	751	361	195	81	83	90	—	—	—
Cinco anos mais tarde	1.456	751	361	195	81	84	—	—	—	—
Seis anos mais tarde	1.457	752	362	195	81	—	—	—	—	—
Sete anos mais tarde	1.458	752	362	195	—	—	—	—	—	—
Oito anos mais tarde	1.458	752	362	—	—	—	—	—	—	—
Nove anos mais tarde	1.458	752	—	—	—	—	—	—	—	—
Dez anos mais tarde	1.458	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Movimentações	1.458	752	362	195	81	84	90	79	18	3
Administrativo - pagos										
Montante de sinistros pagos até a data-base	1.265	684	287	182	70	74	79	69	16	2
Dois anos mais tarde	1.451	747	357	194	81	84	89	78	17	—
Três anos mais tarde	1.455	750	360	194	81	83	90	78	—	—
Quatro anos mais tarde	1.456	750	360	194	81	83	90	—	—	—
Cinco anos mais tarde	1.456	751	361	194	81	83	—	—	—	—
Seis anos mais tarde	1.456	751	361	195	81	—	—	—	—	—
Sete anos mais tarde	1.457	752	362	195	—	—	—	—	—	—
Oito anos mais tarde	1.458	752	362	—	—	—	—	—	—	—
Nove anos mais tarde	1.458	752	—	—	—	—	—	—	—	—
Dez anos mais tarde	1.458	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Pagamentos	1.458	752	362	195	81	83	90	78	17	2
Passivo em 31 de dezembro de 2025	—	—	—	—	—	1	—	1	1	1
Judicial - avisados										
Montante de sinistros avisados até a data-base	3	4	1	2	—	—	1	—	—	1
Dois anos mais tarde	12	11	6	5	1	—	2	2	1	—
Três anos mais tarde	20	16	10	8	1	1	2	12	—	—
Quatro anos mais tarde	25	18	14	9	1	1	6	—	—	—
Cinco anos mais tarde	28	21	14	6	1	2	—	—	—	—
Seis anos mais tarde	29	23	13	8	2	—	—	—	—	—
Sete anos mais tarde	32	22	14	14	—	—	—	—	—	—
Oito anos mais tarde	32	25	21	—	—	—	—	—	—	—
Nove anos mais tarde	34	21	—	—	—	—	—	—	—	—
Dez anos mais tarde	33	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Movimentações	33	21	21	14	2	2	6	12	1	1
Judicial - pagos										
Montante de sinistros pagos até a data-base	1	1	—	—	—	2	—	—	—	—
Dois anos mais tarde	5	5	2	2	—	2	—	—	—	—
Três anos mais tarde	9	9	4	3	—	2	1	—	—	—
Quatro anos mais tarde	12	11	6	4	—	2	—	—	—	—
Cinco anos mais tarde	16	14	7	4	1	—	—	—	—	—
Seis anos mais tarde	17	15	7	6	1	—	—	—	—	—
Sete anos mais tarde	18	15	9	6	—	—	—	—	—	—
Oito anos mais tarde	19	18	10	—	—	—	—	—	—	—
Nove anos mais tarde	23	20	—	—	—	—	—	—	—	—
Dez anos mais tarde	25	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Pagamentos	25	20	10	6	1	2	4	11	1	1
Passivo em 31 de dezembro de 2025	8	1	11	8	1	2	4	11	1	1
Judicial - avisados										
Montante de sinistros avisados até a data-base	3	4	1	2	—	—	1	—	—	1
Dois anos mais tarde	12	11	6	5	1	—	2	2	1	—
Três anos mais tarde	20	16	10	8	1	1	2			

Itaú Seguros de Auto e Residência S.A.

CNPJ/MF nº 08.816.067/0001-00

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre B - 2º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP

→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias compatíveis às praticadas com terceiros, vigentes nas respectivas datas.

As principais transações são:

- (i) Repasse de despesas e serviços compartilhados, conforme grade de rateio e/ou utilização de estrutura física e "headcount" entre elas;
- (ii) Serviços de seguro saúde contratados da Porto Saúde;
- (iii) Serviços de administração e gestão de carteiras pela Porto Asset Management e Porto Gestora; e
- (iv) Serviços de assistência automotiva e residencial pela Porto Serviço S.A. (i)

Os saldos a receber e a pagar por transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	Ativo	Passivo
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Porto Atendimento.....	44	88
Porto Cia.....	—	—
Azul Seguros.....	—	—
	44	89
	332	2.079

	Receitas	Despesas
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Porto Atendimento.....	1.026	1.182
Porto Cia.....	444	—
Azul Seguros.....	5	8
Porto Asset Management.....	—	—
Porto Seguro Gestora de Recursos.....	—	—
Porto Saúde.....	—	(659)
Porto Serviço (i).....	—	(189)
Porto Assistência (i).....	—	—
CDF S.A. (i).....	—	(2.541)
CDF Ltda. (i).....	—	(3.290)
	1.475	1.190
	(9.504)	(44.833)

(i) A Porto Assistência e a CDF Ltda. foram incorporadas pela CDF S.A. em fevereiro e agosto de 2024 respectivamente. Em outubro de 2025 a Porto Assistência Participações junto com a CDF S.A. foram incorporadas pela Porto Serviço S.A.

26.1 TRANSAÇÕES COM PESSOAL-CHAVE

As transações com pessoal-chave da administração, referem-se aos valores reconhecidos no resultado do período, conforme demonstrado a seguir (não houve transações em 2024):

	Dezembro de 2025
Participação nos lucros - administradores.....	(239)

27. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado por ação básica da Companhia é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações emitidas durante o exercício.

A Companhia não dispõe de instrumentos financeiros conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito dilutivo ou antidilutivo (conforme definido pelo CPC 41- Resultado por Ação) sobre o lucro por ação do exercício. Dessa forma, o resultado por ação básica que foi apurado para o período é igual ao resultado por ação diluído, conforme demonstrado a seguir:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Resultado atribuível aos acionistas da Companhia.....	8.072	12.002
Média ponderada do número de ações durante o exercício.....	57.854	60.160
Resultado por ação básica e diluído.....	0,1395	0,1995

28. OUTRAS INFORMAÇÕES

COMITÉ DE AUDITORIA

Com base nos trabalhos desenvolvidos, o Comitê de Auditoria recomendou aos respectivos órgãos sociais, por unanimidade, a autorização para emissão e/ou aprovação destas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025 em conjunto com as demonstrações financeiras da Porto Seguro S.A.. A atuação do Comitê de Auditoria abrange todas as reguladas SUSEP do Grupo Porto, sendo exercida a partir da Porto Seguro S.A., companhia aberta, detentora do controle das sociedades que integram o Grupo Porto. Não foram identificados assuntos que pudesse modificar o relatório do Comitê de Auditoria emitido em 04 de fevereiro de 2026.

DIRETORIA

PATRÍCIA CHACON JIMENEZ

Diretora Presidente

CELSO DAMADI
Diretor Vice-Presidente - Financeiro,
Controladoria e Investimentos

ADRIANA PEREIRA CARVALHO SIMÕES
Diretora Executiva Jurídica

EMÍLIO BENTANCOURT
Diretor Executivo de Riscos e Governança

JARBAS DE MEDEIROS BACIANO
Diretor Executivo - Produto Residência

LUIZ AUGUSTO DE MEDEIROS ARRUDA
Diretor Vice-Presidente - Comercial e Marketing

EMERSON PINHEIRO VALENTIM
Diretor Executivo de Produção

JAIME SOARES BATISTA
Diretor Executivo - Produto Automóvel

RAFAEL VENEZIANI KOZMA
Diretor de Controladoria

DANIELE GOMES YOSHIDA - Contadora - CRC 1SP 255783/O-1

ANELISA FORTES E FARIA - Atuária - MIBA nº 2457

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores, Conselheiros e Acionistas da Itaú Seguros de Auto e Residência S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Itaú Seguros de Auto e Residência S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias das demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Enfase - Reorganização societária

Chamamos atenção para a nota explicativa 2.2. às demonstrações financeiras, que descreve o processo de incorporação da Companhia em sua controladora direta Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais, aprovado pela SUSEP através da carta homologatória eletrônica nº 32/2025/DIORE/SUSEP em 5 de janeiro de 2026. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração e reconhecimento das provisões técnicas de contratos de seguros

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 3.7.1 e 16, em 31 de dezembro de 2025, a Companhia, registrou provisões técnicas decorrentes dos contratos de seguros bruto de resseguro no montante de R\$ 116.790 mil. Como parte do processo de determinação dos valores relativos a essas provisões é requerido julgamento profissional da diretoria na seleção das metodologias de cálculo e das premissas, tais como: valor estimado de abertura de sinistros, sinistralidade esperada, desenvolvimento histórico de sinistros, taxas de desconto e cancelamento, fatores de risco dos sinistros judiciais, riscos assumidos e vigentes de apólices em processo de emissão, entre outros.

Adicionalmente, a diretoria realiza o Teste de Adequação do Passivo ("TAP") com o objetivo de capturar possíveis deficiências nos valores das obrigações decorrentes dos contratos de seguro. O TAP considera a estimativa a valor presente de todos os fluxos de caixa futuros, incluindo despesas administrativas e operacionais, despesas de liquidação de sinistros e impostos diretos, a partir de premissas baseadas na melhor expectativa na data de execução do teste. O TAP também considera premissas de sinistralidades calculadas conforme descrito na nota explicativa nº 3.7.2. A avaliação das metodologias e premissas utilizadas pela diretoria na constituição de suas provisões técnicas dos contratos de seguros e previdência complementar foi considerada um dos principais assuntos de auditoria em função da magnitude dos valores envolvidos e da subjetividade e complexidade no processo de mensuração relacionado à provisão de sinistros e despesas ocorridos e não avisados e ao teste de adequação de passivos.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluiram, entre outros: (i) entendimentos dos controles relevantes; (ii) reconciliação dos registros contábeis com os controles operacionais; (iii) a utilização de especialistas atuariais para nos auxiliar na avaliação e teste dos modelos atuariais utilizados na mensuração das provisões técnicas dos contratos de seguros e previdência complementar, firmados pela Companhia; (iv) a avaliação da razoabilidade das premissas e metodologias utilizadas pela diretoria da Companhia, incluindo aquelas relacionadas ao teste de adequação de passivos; (v) a validação das informações utilizadas nos cálculos das provisões técnicas; (vi) a realização de cálculos independentes sensibilizando algumas das principais premissas utilizadas; (vii) testes documentais, mediante amostra dos sinistros a liquidar quanto da sua existência, contribuições, resgates, portabilidade, concessão e pagamento de

benefícios e adequado registro contábil; e (viii) revisão da adequação das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras.

Ambiente de tecnologia da informação

A Companhia é dependente de estrutura de tecnologia para registro e processamento de transações de suas operações e, consequentemente, elaboração das demonstrações financeiras.

Para a operacionalização de seus negócios, são utilizados diversos sistemas aplicativos para o registro e processamento de informações em complexo ambiente tecnológico, requerendo relevantes investimentos em ferramentas, processos e controles para a adequada manutenção e desenvolvimento de sistemas de segurança. Uma vez que a avaliação da efetividade do ambiente de tecnologia da informação é determinante no processo de auditoria para a definição da abordagem pretendida necessária, tal avaliação foi considerada uma área de foco em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluiram, entre outros: (i) avaliação da efetividade do ambiente de tecnologia da informação da Companhia; (ii) avaliação da efetividade dos sistemas de segurança e controles internos da Companhia; (iii) avaliação da adequação das rotinas contábeis consideradas relevantes; (iv) avaliação da efetividade dos sistemas de gerenciamento de mudanças e operações de tecnologia dos sistemas ligados às rotinas contábeis consideradas relevantes.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, fazê-lo, considerar se esse relatório está, de fato, relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

As demonstrações financeiras devem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, longo da auditoria.

• Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no plane